

UM ELEMENTO DE ARCADA ROMÂNICA NO MOSTEIRO DE S. MIGUEL DE REFOJOS

Francisco Manuel Velda Reimão Queiroga
CITCEM¹ - FLUP
fqueiroga@letras.up.pt

Francisco Sá Reimão Queiroga
Mestre em Arqueologia pela FLUP, Perennia Monumenta Ltda.
pmonumenta@gmail.com

RESUMO

Referências documentais sugerem a existência de um templo em época medieval, o qual foi obliterado pela construção do mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto. Algumas intervenções arqueológicas realizadas ao longo dos anos no espaço do mosteiro permitiram descobrir alguns elementos funerários e arquitectónicos enquadráveis no período medieval, os quais documentam esta fase mais antiga do mosteiro. Além do magnífico cálice doado por D. Gueda Mendes, as peças mais representativas são sepulturas escavadas na rocha, elementos de um sarcófago em granito, um fragmento de arcada de cornija, e silhares com siglas de canteiro reutilizados nas paredes do refeitório do mosteiro.

Palavras-chave: Mosteiro de S. Miguel de Refojos; Beneditinos; Arquitectura Românica; Glifotografia

ABSTRACT

Written sources suggest the existence of a temple in medieval times, which was demolished during the construction of the monastery of S. Miguel de Refojos de Basto. Some archaeological work carried out throughout a substantial lapse of time brought to light both funerary and architectural evidence dating to middle age, thus documenting the existence of the oldest phase of this monastery. In addition to the magnificent medieval chalice donated by D. Gueda Mendes, the most significant items are the rock carved graves, the fragment of a granite sarcophagus, part of a cornice decorated arch, and medieval wall stones with mason's marks, which were reused in the monastery dining hall.

Keywords: Monastery of S. Miguel de Refojos; Benedictine Order; Romanesque Architecture; Glyptography

1 DOI institucional: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>

1. O MOSTEIRO DE S. MIGUEL DE REFOJOS

O Mosteiro de S. Miguel de Refojos é uma estrutura monástica com particular imponência arquitectónica, e de grande relevo no quadro da ordem beneditina portuguesa. Localizado em Refojos, Cabeceiras de Basto, está implantado num espaço topograficamente discreto²: uma linha de água pela qual corre a ribeira de Regadinhas, encaixada entre as encostas acentuadas de dois cabeços sobranceiros, as quais se vão abrindo para nascente em pendores mais suaves, na direcção do rio Peio.

Detentor de um vasto património fundiário espalhado pela região, e sempre gerido por relações de enfiteuse, o mosteiro foi o epicentro da área envolvente, intervindo na configuração e no desenvolvimento económico, e mesmo no administrativo (SOEIRO 2017), do que hoje é Cabeceiras de Basto.

A história do mosteiro está ligada à ordem à qual pertenceu: a Ordem de S. Bento, sobre a qual se destaca a “Benedictina Lusitana” (SÃO TOMÁS 1644-51) como obra de referência não apenas para o historial da ordem como também para a descrição das suas instituições dispersas pelo território nacional. Como tal, evocamos algumas das considerações nela veiculadas sobre as fases antigas deste mosteiro, conscientes das críticas históricas e documentais que sobre elas recaem³.

Refere Frei Leão de São Tomás que, na inexistência de documentação, uma vez que o cartório do mosteiro teria sofrido incêndios (SÃO TOMÁS 1644: p. 494)⁴, importa recorrer a testemunhos pessoais e ao que hoje consideramos vestígios arqueológicos, fontes que evidencia no seu relato. A primeira fonte é Frei Bernardo de Braga, que era de opinião (“[...] *teve pera si* [...]”) que o mosteiro teria sido fundado pelos Barroso, linhagem nobre que remonta ao tempo de D. Afonso Henriques. Maior antiguidade é atribuída à sua fundação por outros informantes (“[...] *outros tem pera si* [...]”), esta remontando ao tempo de São Frutuoso. Ambos os informantes emitem opinião, em detrimento de apresentar factos. Neste ponto, Frei Leão de São Tomás introduz uma ordem diferente de evidência (“[...] *Porque se as Escrituras faltão, as pedras falão* [...]”), aludindo a pedras epigrafadas que terão sido encontradas na “Igreja Velha”, segundo informação de um outro monge, de seu nome Frei João do Apocalipse. Este faz referência a duas epígrafes funerárias com a seguinte transcrição: “D. GOMES SOEIRO, ERA DCCVIII”, e “HIC IACET F. PELAGIUS SOEIROS PRIOR, ERA DCCXXXVIII”, às quais atribui as datas respectivamente de 670 e 701⁵.

Em acréscimo a estas referências, são também transcritos textos de documentos então existentes no cartório do mosteiro (SÃO TOMÁS 1644: pp. 494-495), configurando cartas de doação *pro anima*, nomeadamente um, que descreve estar cerceado pelo seu mau estado de conservação, e será do ano 825, e ainda um outro documento, datado de 1017.

Os elementos arqueológicos invocados nesta obra, e independentemente da discussão em torno da sua leitura e cronologia, parecem indicar a existência de um templo neste local em época anterior à fundação da nacionalidade, isto é, presumindo que a carta de couto que D. Afonso Henriques outorga a D. Gueda Mendes (MARQUES 1988: p. 614) em 1131, e este por sua vez doa ao Mosteiro, na qualidade de seu patrono, é feita tendo em conta que já então aqui existiria um cenóbio dotado das inerentes infraestruturas. De resto, esta linha de raciocínio é aventada por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, que propõe a possibilidade de o mosteiro ter sido fundado no final do século XI (SOUSA *et alii* 2005: p. 73), não deixando, contudo, de notar que o primeiro documento que atesta a sua existência é posterior, datado do aludido ano de 1131. A tenência deste couto foi a partir de então mantida pelo mosteiro, mercê de sucessivas reconfirmações, como informa Francisco Craeesbeck:

2 “[...] *em um sítio baixo & de pouca vista* [...]”, segundo Frei Leão de São Tomás (SÃO TOMÁS 1644: p. 493, opinião corroborada pelo cónego Manuel Coelho (FERRO 1987: p. 197) “[...] *esta em hu baxo entre huns montes grandes e cuberto dos ares* [...]”.

3 Remetemos para a edição facsimilada da *Benedictina Lusitana* comentada por José Mattoso, na qual são postas em causa tanto algumas das fontes como as interpretações de Frei Leão de São Tomás (nota 493 e segs.).

4 Terão ocorrido outros incêndios, mas salientam-se os de 1445 e 1662.

5 Cf. nota 2. Esta cronologia da inscrição tumular é refutada liminarmente também por Mário Barroca (BARROCA 2000 vol. II, T1: pp. 339-341; BARROCA 2017, N° 154: pp. 406-407), que propõe a data 1170 (ERA 1208).

“Foi este couto dado e feito ao mosteiro de Relligiosos do Patriarcha S. Bento (cito no dito concelho, entitulado de S. Miguel de Refoios) por o Infante D. Affonço Henriques ...” “El Rei D. Affonso 2.º e a Rainha D. Urraca, sua mulher e seos filhos, os Infantes D. Sancho, D. Affonço, D. Fernando, e D. Leonor confirmarão esta doação (a do couto) em esta villa de Guimarães, no primeiro de Março da era de 1227 que são annos de Christo de 1189.” (CRAEESBECK 1992: p. 257)

2. AS FASES CONSTRUTIVAS DO MOSTEIRO

No âmbito da presente abordagem, as fases construtivas do mosteiro podem agrupar-se em quatro momentos. O primeiro é maioritariamente sugerido pela documentação e por evidências materiais dispersas, pois dele nada resta no edificado actual, salvo alguns elementos arqueológicos que aqui intentamos compilar e interpretar.

No século XVI é implementado um amplo programa de construção, que obliterou completamente o preexistente, do qual temos relato a partir do inquérito que Frei Bartolomeu dos Mártires mandou realizar em 1568, e é feito pelo cónego Manuel Coelho (FERRO 1987: p. 194) após auscultados os informantes D. João Pinto, administrador do mosteiro, e os antigos recebedores e feitores Gonçalo Pinto e Baltazar Campos. Neste precioso relato é traçado um panorama sumariado do edificado do mosteiro e das suas inúmeras propriedades e rendas. Interessa-nos por agora a constatação lacónica: *“Tinha este oratório hua igreja pequena e soturna antiga que se arruinou por hua das bandas e o senhor administrador dom João fes hua nova que ora serve grande e comprida [...]”* (FERRO 1987: p. 195) o qual revela que uma construção anterior, que estava derruída, fora substituída por um templo mais amplo e airoso, obra essa promovida pelo comendador D. João, ou talvez mesmo encetada pelo seu tio D. Diogo de Murça, falecido em 1560, o que implica que teria ocorrido recentemente, pois estavam ainda em curso os trabalhos em algumas peças, como a livraria do coro e a sala de administração do couto. A este momento corresponderá a grande maioria do complexo hoje visível, uma vez que foram edificadas a igreja e o claustro com o respectivo sobrado, onde se encontravam as celas, secretaria, enfermaria, barbearia e hospedaria, e na ala nascente o capítulo e refeitório com cozinha anexa. Os anexos agrícolas adjacentes são negligenciáveis para o que ora nos ocupa.

Uma outra informação importante contida neste inquérito *“Da banda do meo dia corre a dita varanda e claustro de cima e baixo ao longuo das costas das igrejas nova e velha do dito mosteiro.”* (FERRO 1987: p. 196, § 692) denuncia que o tramo sul do claustro e respectivo sobrado, encostavam à parede lateral da igreja antiga e à nova. Não nos parece ver nesta expressão ambígua que ambos templos coexistissem como estruturas individuais, mas sim que partilhariam as costas, isto é, que a parede norte coincidia em ambas as plantas, ou dito de outra forma, foi reutilizada pela nova construção. Recordemos que, segundo a descrição acima, a igreja antiga era “pequena e soturna”, portanto incompatível com o novo programa de edificação quinhentista, que certamente privilegiaria a altura, a elegância e a luz. Já a reutilização do pano de parede norte pelo novo templo parece mais exequível, à luz deste relato. Contudo, a indicação que D. Diogo de Murça terá sido sepultado na Capela-mor da igreja velha (DIAS 2009: p. 63) aponta para que este espaço tenha sobrevivido, integrado na gramática do templo quinhentista.

Na segunda metade do século XVII enceta-se a construção de nova igreja *“fermosa e clara”*, nas palavras de Frei Leão de S. Tomás (1644: p. 493), bem assim como de alguns anexos agrícolas, tulha, oficinas e dormitório. Recordemos um outro grande incêndio, ocorrido em 1662-65, que muito destruiu, e certamente motivou algumas das obras referidas. Na padieira da portaria de acesso ao claustro está inscrita a data de 1690, que consigna a conclusão destas obras de remodelação do mosteiro.

Ao longo do século XVIII continuaram as intervenções, com particular incidência na igreja (1756-66), sendo estas obras as que implementaram a estética barroca no mosteiro, e o dotaram da imagem actual, bem merecendo a classificação que lhe atribuiu Frei Geraldo Dias (2009) de “Jóia do Barroco”, em virtude da sua monumentalidade e estilo.

3. OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Apresentamos agora os vestígios arqueológicos associados à fase medieval do mosteiro, que temos vindo a recolher, aproveitando para visitar os já anteriormente conhecidos para uma visão conjunta da evidência disponível.

Creemos ser obrigatório encetar este arrolamento com uma alusão ao cálice doado ao Mosteiro por D. Gueda Mendes, porque além do seu grande valor artístico é uma peça que se afirma como evidência coeva tanto sobre a existência como do prestígio de um cenóbio beneditino em Refojos. São inúmeras as referências a esta prestigiada alfaia litúrgica⁶ proveniente do Mosteiro de S. Miguel, e depositada no Museu Machado de Castro. Dispensando considerações adicionais em virtude de ter já sido exaustivamente escrutinada, fixamo-nos agora apenas na data que ostenta: 1152 (ERA 1190), a qual serve como referente cronológico para a sua produção.

Ao longo das últimas três décadas temos vindo a tomar contacto esporádico com o mosteiro de S. Miguel de Refojos, e com o seu percurso histórico e arquitectónico, a propósito das várias intervenções que os respectivos promotores, mormente a Autarquia local e o Externato de S. Miguel de Refojos, foram realizando e nos foram pedindo para acompanhar. Intervenções distribuídas pelos vários espaços, desde os anexos agrícolas ao claustro, colégio e refeitório, com abordagens centradas nos contextos arqueológicos, é certo, mas tendo sempre como pano de fundo o conhecimento histórico sobre este imponente complexo, nomeadamente o de origem documental e bibliográfica, e a natural expectativa de estes trabalhos trazerem dados novos (QUEIROGA 2020: p. 59 e p. 61) sobre as fases antigas do mosteiro, para as quais já estávamos devidamente sensibilizados. Alguns destes momentos foram anteriormente divulgados em publicações temáticas (QUEIROGA 2020; QUEIROGA e LEMOS 2021), retirando delas agora o que possa contribuir para o tema em apreço. Em todas as abordagens realizadas se manteve a atenção sobre o aparecimento de quaisquer evidências arqueológicas que pudessem documentar as fases mais antigas do mosteiro, dando eco às sugestões veiculadas pelos textos acima referidos, no que fomos discernindo sobre as dinâmicas dos contextos arqueológicos, mas também, e sobretudo, sobre as práticas recorrentes de utilização e de descarte de elementos construtivos de fases anteriores. Naturalmente que apenas evocaremos aqui as intervenções nas quais foram recolhidos elementos relevantes sobre este tema.

No ano de 2013 foi realizada uma intervenção arqueológica no pátio do claustro, como medida de avaliação arqueológica prévia, na sequência do plano de reformulação e ajardinamento deste espaço, obra essa promovida pela Autarquia. O conjunto de sondagens realizadas estendeu-se por todo o jardim (QUEIROGA 2020: p. 50), e permitiu constatar que apenas o seu extremo sul apresentava evidências arqueológicas, sendo estas referentes a um cemitério. No restante espaço apenas se detectaram valas e canalizações, associadas a drenagens de várias épocas.

Foi realizada a escavação de todo o espaço ocupado com enterramentos, e naturalmente que delimitado pelo recorte da planta do claustro, tendo sido contabilizadas trinta e cinco sepulturas (QUEIROGA 2020: p. 54), parte das quais será atribuível aos séculos XII-XIV⁷, sendo outras mais tardias, porque já articuladas com alicerces de muros datáveis do século XVI, com cronologias apoiadas por datações C14 (QUEIROGA 2020: pp. 56-59). Estando anexo à antiga igreja, este cemitério coexistiu com pelo menos uma reformulação do edificado, pois continuou em utilização após a intersecção de sepulturas

⁶ Remetemos para a abordagem actualizada apresentada por Mário Barroca (2020), na qual articula de forma abrangente a análise formal e a histórica desta peça com a vida do seu doador, sendo aqui referenciada a bibliografia pertinente.

⁷ Mantém-se em aberto a possibilidade de recuar a cronologia do conjunto das sepulturas mais antigas, uma vez que nenhuma possui qualquer mobiliário funerário associado (QUEIROGA e LEMOS 2021: p. 347), ou qualquer elemento de datação. Recordamos que a preservação dos restos ósseos ocorreu apenas nos sepultamentos mais tardios, portanto aqueles que foi possível datar pelo método C14 (QUEIROGA e LEMOS 2021: p. 348), saldando-se este facto em cronologias absolutas excessivamente tardias para o conjunto deste cemitério.

pelos alicerces de dois muros paralelos, que alinham entre N/S. Estes documentam edificações anteriores ao actual claustro, sendo claramente anteriores à remodelação do século XVI. Ajuizando, por este lado norte, da distância a que se estendeu o cemitério a partir do muro da igreja antiga, e sabendo da distribuição uniforme das sepulturas em seu redor, não podemos deixar de notar o grande número de sepultamentos que conteria o adro desta igreja.

A utilização deste cemitério terminou com a reformulação do mosteiro operada nos meados do século XVI, e acima comentada, uma vez que é claramente recoberta pelo pavimento e colonada do claustro, tendo começado a ser inumados no claustro todos os que o não eram no interior da igreja.

Em 2020 decidiu a Autarquia reformular o interior do espaço do refeitório do mosteiro, no qual tinha sido instalado um auditório em 1996⁸.

Foram surgindo evidências de fases construtivas anteriores, e de infraestruturas de abastecimento e saneamento (JORGE 2020), como uma conduta, ou cloaca, provinda do claustro e que atravessa o refeitório na direcção da parede nascente. A análise do paramento das paredes do refeitório, bem como do relevo dos apoios dos arcos quebrados (Figuras 5 e 6), e das aberturas das janelas e portas, tudo nos sugere que as suas superfícies foram concebidas desde o início para receber cobertura de reboco. Esta técnica, de recobrir as superfícies das construções com argamassas de cal hidráulica, foi-se generalizando gradativamente após o período românico, e permitia obliterar ao olhar as imperfeições dos aparelhos, e algumas irregularidades das cantarias⁹. Este facto terá avalizado a reutilização de silhares, e outras peças, provenientes de construções preexistentes, as quais não perturbavam a gramática dos aparelhos, nem tampouco se destinavam a ser vistas. As Figuras 5 e 6 ilustram alguns tramos da parede do refeitório, após a remoção dos rebocos de argamassa pobre que os recobriam. Trata-se de um aparelho muito irregular, que recorre a cantaria de diversas dimensões e configuração. Ao longo das paredes estão disseminados amiúdes silhares em granito cuja uniformidade de talhe, configuração e dimensões os enquadram na ordem isódoma e pseudo-isódoma. A regularidade das suas faces obrigou ao talhe de sulcos a pico grosso, para propiciar a aderência das argamassas. Entendemos que estes elementos terão provindo de construções de fases anteriores, entretanto demolidas. O facto de algumas destas pedras ostentarem siglas de canteiro sugere que corresponderão à demolição de um edifício religioso de época românica.

São poucas as siglas encontradas nas paredes do refeitório, e por sinal encontram-se apostas em silhares de configuração e dimensões discretas.

Uma das pedras sigladas encontra-se na parede fronteira ao primeiro lanço de escada (Fig. 3) que conduz ao “púlpito do leitor”. Trata-se de uma pedra de bom aparelho, com a superfície alisada, na parte média da qual ostenta uma sigla representando um “E”, feita com incisão profunda e esquinas laterais boleadas, nas quais vemos algumas irregularidades que sugerem a gravação com ponteiro, e talhe arastado. Na parede esquerda do nicho do púlpito encontra-se uma outra sigla, esta representando um “T” com lados iguais (Fig. 3), sobre peça com um trato ligeiramente mais grosseiro do que a anterior. A sigla tem uma gravação mais fina e menos profunda, e o talhe é menos regular em cada um dos lados.

Nas paredes do refeitório encontramos pedras reutilizadas com três outras siglas diferentes. Na parede do lado poente temos um silhar de pequenas dimensões (Fig. 5-B), quiçá uma pedra de testa, com uma cruz de lados iguais, e talhe semelhante à sigla anterior. Uma outra representa uma chave de

8 Só tivemos oportunidade de observar o espaço após a intervenção realizada no subsolo, altura em que se constatou a presença de elementos cerâmicos de construção, mormente tubagens e azulejaria, e alguns silhares e peças de corrimão e de degrau de escada, materiais que não despertaram atenção.

9 A vulgarização deste método ao longo das épocas moderna e contemporânea deu origem a exemplos de aparelhos perfeitamente indignos em construções de pretensões monumentais, como igrejas e solares, só visível aquando da remoção dos rebocos. Com efeito, a pedra, que hoje tanto valorizamos, era então o material construtivo dominante, e não conferia imagem de cuidado e limpeza, pelo que amiúde se rebocava com argamassa, ou se pintava directamente com cal ou pigmentos naturais.

fechadura (Fig. 4-1, e Fig. 5-A), sobre pedra que indicia bom talhe da face, mas que foi muito degradada em vários momentos de rearranjo deste espaço. O recorte da sigla possui um perfil bastante mais boleado do que qualquer um dos outros, e com os bordos mais esbatidos, não deixando, contudo, de resultar num grafismo bem definido. Este tipo de representação, que é menos comum nos edifícios românicos, existe no mosteiro de S. João de Tarouca (CASTRO e SEBASTIAN 2010: Figs. 4, 8, 14), representada por grafismo diferente.

A quinta sigla é um simples círculo (Fig. 4-2), gravado em silhar colocado na primeira fiada sobre o alicerce da parede do lado sul. O sulco é pouco profundo, mas regular, e parte dos bordos laterais foram bastante lascados, e posteriormente recobertos com argamassa pobre.

As siglas de canteiro de época medieval são um curioso e importante vestígio da identidade dos construtores dos edifícios. Presume-se que cada sigla representará um artífice, pelo que o seu estudo conjunto poder-nos-ia conduzir ao contributo de cada indivíduo, ou equipe de indivíduos, na construção de cada edifício. O estudo destes símbolos tem vindo a merecer amplos esforços de investigação por toda a Europa, em particular nos casos nos quais existe documentação que as complementa (ALEXANDER 2008: p. 22), nomeadamente a referente a contratos, folhas de pagamento a obreiros, descrição das peças executadas e até mesmo sanções por atraso na obra e registos corporativos. Registam-se contextos nos quais a abundância de informação já permitiu a elaboração de um *corpus* biográfico de artífices (HARVEY 1984)¹⁰ a partir do qual se podem identificar os percursos e as obras dos pedreiros, bem assim como as suas marcas individuais. Contudo, não é esse o caso português, onde o intenso e profícuo volume de trabalho realizado ainda enfrenta dificuldades na identificação dos autores das siglas, e sua dispersão regional (CASTRO e SEBASTIAN 2010: pp. 79-80), e na articulação das siglas com as obras¹¹.

Fica, contudo, registada a ocorrência destes modestos exemplos de siglas em S. Miguel de Refojos, esperando que outros se lhe venham a somar no futuro.

Nos momentos finais da intervenção, e no decurso da arrumação de alguma terra e pedras junto ao canto noroeste do refeitório, chamou a atenção uma peça em cantaria, encostada à parede nascente e ao nível do seu alicerce, com a face trabalhada voltada para baixo. Exposta a face, revelou tratar-se de uma peça de arcada, com dois arcos adossados, estando fragmentada na parte média do arco do lado direito, e tendo sofrido ainda algum desbaste intencional por toda a sua superfície superior e traseira (Fig. 9), onde se notam os sulcos de pico grosso. A descoberta desta peça causou natural entusiasmo ao reconhecer nela uma evidência material para as fases antigas do mosteiro¹².

Em ambos os arcos o tímpano apresenta-se muito rebaixado (Fig. 7 e 8), sendo aí a espessura da peça reduzida a uns meros cinco centímetros, faixa que representa a superfície de assentamento sobre a parede que integraria. Os arcos parecem ser ligeiramente ultrapassados, pese o facto de a sua curvatura não ser inteiramente regular (Fig. 7 e 10).

O aparelhamento da peça é de técnica primorosa, com alisamento cuidado das faces visíveis com talhadeira fina, e bom recorte das esquinas. Os planos de assentamento que se conservaram, mormente o inferior, revelam igualmente bom trabalho de alisamento (Fig. 8), o qual é requerido para o eficaz assentamento a seco. Na base da união dos dois arcos nota-se um fino risco escavado que marca o alinhamento da superfície de cada um dos tímpanos (Fig. 8), deixado pelo canteiro/escultor empenhado em cuidar da sua simetria.

¹⁰ Poder-se-á ajuizar o volume de informação contido neste trabalho tendo em conta as cerca de 1700 entradas, cobrindo sobretudo as profissões de pedreiro e carpinteiro.

¹¹ Recordamos o trabalho exaustivo realizado por César Guedes (2019: p. 86, pp. 96-98) na igreja de Boelhe, através da compilação e tratamento da totalidade das siglas, com ensaio de interpretação dos ritmos da obra e do contributo individual de cada obreiro.

¹² Manifestamos o nosso reconhecimento a Lúcia Rosas e a Mário Barroca (FLUP-CITCEM), pelos conselhos e orientação bibliográfica para o seu estudo. Naturalmente que as opiniões aqui expressas são de nossa responsabilidade.

Encimando cada um dos dois arcos temos uma banda definida por dois sulcos profundos, paralelos, ao longo da qual se estende um encordoado. A irregularidade dos elementos do encordoado parece sugerir que não terá sido traçado com rigor, isto é, decalcado de bitola, mas talvez desenhado à mão dentro da faixa definida pelos dois sulcos, pois nem o processo de talhe explicaria as assimetrias que ostenta. A execução do elemento decorativo recorre a sulcos profundos para melhor definir o tema, e parece apresentar um talhe mais grosseiro da pedra, como que sugerindo a sua execução por um outro artífice.

Algumas volutas do encordoado do arco do lado esquerdo possuem pequenos indícios de ter sido pintado (Fig. 7) com coloração aproximada do ocre, ou óxido de ferro, tendo em mente que os pigmentos naturais tendem a alterar a tonalidade, normalmente por escurecimento, com a idade e exposição aos elementos.

A função arquitectónica desta peça não parece oferecer dúvidas, pela sua analogia formal e dimensões, que são consentâneas com os exemplos de arcadas de cornija que encontramos um pouco pelas igrejas dos vales dos rios Sousa, Ave e Vizela, onde muitas ostentam amplas arcaturas ao longo de todo o alinhamento do beiral. Como tal, propomos a reconstituição hipotética de uma cornija com este elemento decorativo na Fig. 11. A rudeza do talhe pode não ser sintomáticas de descuido na execução da peça, uma vez que a sua posição numa cornija, a apresentava em olhar distanciado, onde ganharia mais utilidade a expressividade da representação, sendo colorida e com contornos delineados em traços fundos.

Esta peça destaca-se pela originalidade da sua gramática decorativa, no contexto dos exemplos conhecidos da região. Com efeito, um rápido rastreio a algumas das igrejas do românico dos vales dos rios Ave e Sousa que possuem elementos de arcatura de cornija, não permitiu encontrar paralelos, apesar da reconhecida individualidade e originalidade de cada um dos seus templos, em nenhum se conhecem arcaturas de cornija com decoração. Em acréscimo, este tipo de representação de corda também não é frequente. No espólio do Museu Pio XII existe uma representação de encordoado duplo, com dimensões aproximadas a este, num possível friso (FONTES e PEREIRA 2009, vol. I: p. 34) que foi trazido da igreja paroquial de S. Mamede de Escariz, em Vila Verde, e atribuível ao pré-românico (séculos IX-XI). Temos um outro exemplo num friso, provindo de S. Frutuoso, em Braga, e datável dos séculos IX-XI (FONTES e PEREIRA 2009, vol. I: p. 63) mas nesta peça o encordoado é tipologicamente mais diferenciado, no estilo e na execução, até porque utiliza o calcário como suporte, pedra que permite outra desenvoltura de talhe.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço com enterramentos situado no interior do claustro documenta um momento de ocupação anterior, medieval, a fase do edifício “soturno” que a documentação refere. Saliente-se que tanto a igreja barroca como o claustro ostentam no seu programa uma clara preocupação cemiterial, documentada tanto pelo amplo reticulado de espaços de enterramento visível no corpo principal da igreja, como pelas abundantes pedras sepulcrais que lajeiam o claustro, algumas das quais com os entalhes de suspensão.

O achado do fragmento de cornija agora apresentado prenuncia a existência de outros elementos construtivos da fase românica deste mosteiro, os quais estarão obliterados nos níveis de reforço de alicerce, ou algures nos cernes ou faces rebocadas de algumas paredes, convicção que temos vindo a alimentar (QUEIROGA 2020: p. 59 e p. 61), e justifica a atenção redobrada nos elementos construtivos do Mosteiro e áreas adjacentes, que esperamos nos permitam classificar e caracterizar os seus edifícios das fases mais antigas.

As características deste elemento arquitectónico conduzem às hipóteses de ter pertencido a um templo pré-românico¹³, ou então a uma expressão regional do românico, o qual, como é sabido, pode adoptar representações de épocas anteriores e dotar-se de grande individualismo e criatividade. Em qualquer dos casos, fica registado um contributo interessante da Arqueologia em abono da existência de fases antigas do Mosteiro de S. Miguel de Refojos. Poderão estes elementos contribuir para consubstanciar a sugestão de Frei Geraldo Dias: “*Nas suas origens, o Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto, remonta, por certo, a um centro monástico pré-benedictino, de monaquismo autóctone [...]*” (DIAS 2009: p. 29) e incentivar a um estudo mais atento dos vestígios arqueológicos deste mosteiro, e da sua área envolvente, que possam contribuir para clarificar esta questão.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Jennifer S. (2008), *Masons' marks and the working practices of medieval stone masons*, in BARNWELL, P.S.; PACEY, Arnold (Coord. de), *Who built Beverley Minster?* Reading, Spire Books, pp. 21-40.

AZEVEDO, Rui (Dir. de) (1958-1962), *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios (1095-1185)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História. (DMP, DR)

BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (4 vols.).

BARROCA, Mário Jorge (Dir. de) (2017), *Inscriptiones: corpus epigraphicum portugalsium: pars prima, IX-XII saecula. Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post christum vsqve ad qvintvdecimv m ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponesis*. Nova série T.8, Vol.1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge (2020), *Ainda o Cálice de D. Gueda Mendes. O doador e a obra. IV Seminário Internacional «Ora et Labora Refojos de Basto: “Natureza e meio natural na vida, linguagens e imaginário da vida monástica”»*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, pp. 241-50.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN; Luís C. Pereira (2010), *Estudo gliptográfico do Mosteiro de S. João de Tarouca. Promontoria Monográfica 13, Actas do IV Congresso de Arqueologia Medieval (Faro 2004)*, Faro, FCHS- Universidade do Algarve, pp. 79-90.

CRAEESBECK, Francisco Xavier da Serra (1992), *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto.

CUNHA, Vítor (1958), *Monografia de Cabeceiras de Basto*, Cabeceiras de Basto.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (2009), *O mosteiro de S. Miguel de Refojos. Jóia do Barroco em terras de Basto*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal.

FERRO, Adérito Gomes Ferreira Paulo (1987), *Inquérito à vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Tomo III-3, Porto, Arquivo Histórico Dominicano, pp. 161-206.

FONTES, Luís; PEREIRA, Belisa (2009), *Museu Pio XII. Coleção de Arquitetura e Epigrafia Medievais (séculos IX - XIV)*, Braga, IHAC, 2 vols.

GUEDES, César (2019), *As siglas da igreja de Boelhe. Portvgália 40*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 85-117.

HARVEY, John (1984), *English Mediaeval Architects: A Biographical Dictionary down to 1550*, Gloucester, Alan Sutton (1st. edition 1954).

¹³ De resto, o aparecimento de vestígios anteriores aos edifícios românicos não é invulgar, como constatou Manuel Real (1982: pp. 10-11) na igreja de Roriz.

JORGE, Virgolino Ferreira (2020), *Abastecimento de Água ao Mosteiro de Refojos de Basto (Cabeceiras de Basto)*, Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.

MARQUES, José (1988), *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional.

QUEIROGA, Francisco M.V. R. (2020), Monges, corpos e Claustros - A necrópole e o mosteiro de S. Miguel de Refojos. *IV Seminário Internacional «Ora et Labora Refojos de Basto: “Natureza e meio natural na vida, linguagens e imaginário da vida monástica”*», Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, pp. 49-62.

QUEIROGA, Francisco M.V.R.; LEMOS, Cláudia M.M. (2021), A necrópole medieval do mosteiro de S. Miguel de Refojos, Cabeceiras de Basto, in BARROCA, Mário J. (Dir. de), *Congresso Internacional «Sepulturas Escavadas na Rocha da Fachada Atlântica da Península Ibérica»*, Porto, CITCEM, pp. 337-63.

REAL, Manuel Luís; SÁ, Pedro (1982), *O Mosteiro de Roriz na Arte Românica do Douro Litoral*. Santo Tirso, Sep. de Actas do Colóquio de História Local e Regional.

SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1644-51), *Benedictina Lusitana*. Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro (T1: 1644; T2: 1651), (2 vols.). Idem: reprodução fac-similada de 1974, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, com introdução e notas críticas de José Mattoso.

SOEIRO, Teresa (2017), Território e labor da terra em Cabeceiras de Basto na época moderna. *II Seminário Internacional «Ora et Labora Refojos de Basto: “Religião, Letras e Armas: da Europa Renascentista para Basto”*», Cabeceiras de Basto, Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, pp. 239-64.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos, et al. (2005), *As ordens religiosas em Portugal. Das Origens a Trento - Guia Histórico*. Lisboa, Livros Horizonte.

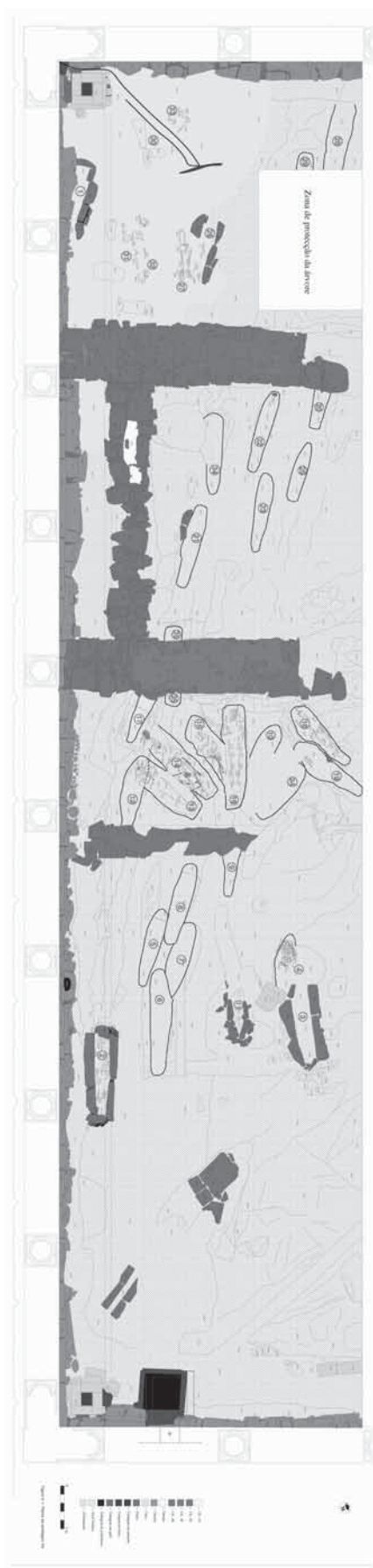


Fig. 1 : Planta esquemática do cemitério escavado no interior do claustro (fonte: Queiroga e Lemos 2024, Fig. 2)



Fig. 2: Exemplo de algumas peças reutilizadas no alicerce da arcada do claustro, nomeadamente a cabeceira de um sarcófago, fragmentos de frisos e cornijas, e lajes de pavimento ou tampas de sepulturas.



Fig. 3: Siglas em silhares situados no interior do “púlpito do leitor” do refeitório.



Fig. 4: Pormenor das siglas em pedras reutilizadas na parede do refeitório.
1- Sigla em forma de chave, 2- Sigla em formato circular.



Fig. 5: Parede poente do refeitório depois de removida a camada de reboco. Localização da sigla em formato de chave (A), e de outra com formato cruciforme (B).



Fig. 6: Vista geral da parede sul do refeitório, depois de removida a camada de reboco. Nota-se um arco entaipado. Na parte média da parede, junto ao alicerce, situa-se a sigla circular ilustrada acima (Figura 4-2).



Fig. 7: Vista frontal da arcada. Note-se as manchas de pintura, aparentemente a ocre ou óxido de ferro, mais visíveis do lado esquerdo da banda decorada com encordoado.

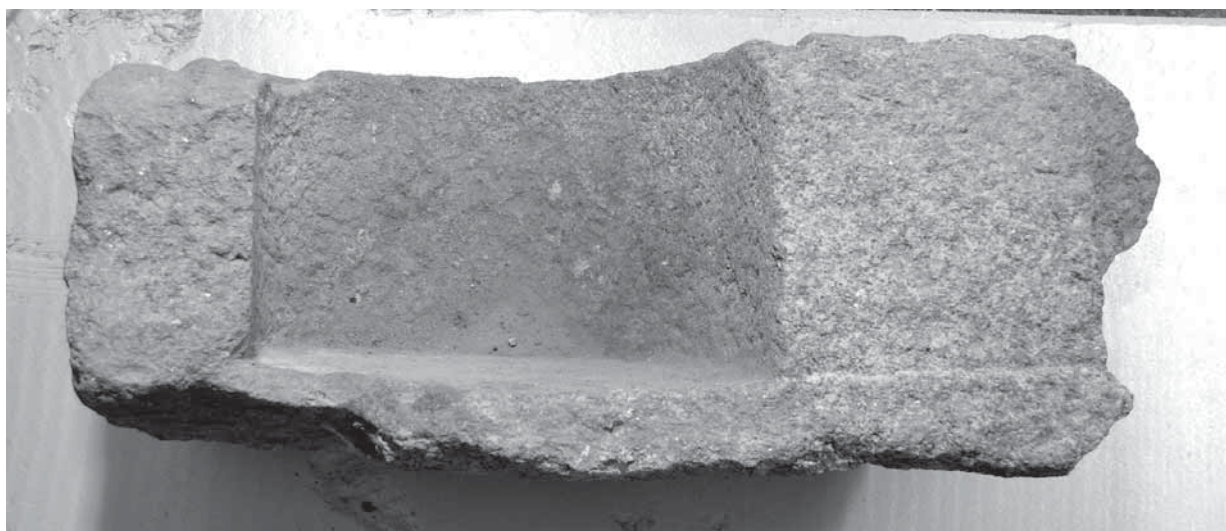


Fig. 8: Pormenor da base da peça, notando-se toda a superfície de apoio, a canelura que define o plano do tímpano, bem como a sua espessura.



Fig. 9: Evidência da degradação intencional da arcada.

- 1- Lado traseiro, notando-se os rasgos de desbaste feitos a pico grosso por altura da sua reutilização.
- 2- Lado superior, notando-se um grande número de sulcos de desbaste, e manchas de argamassa.

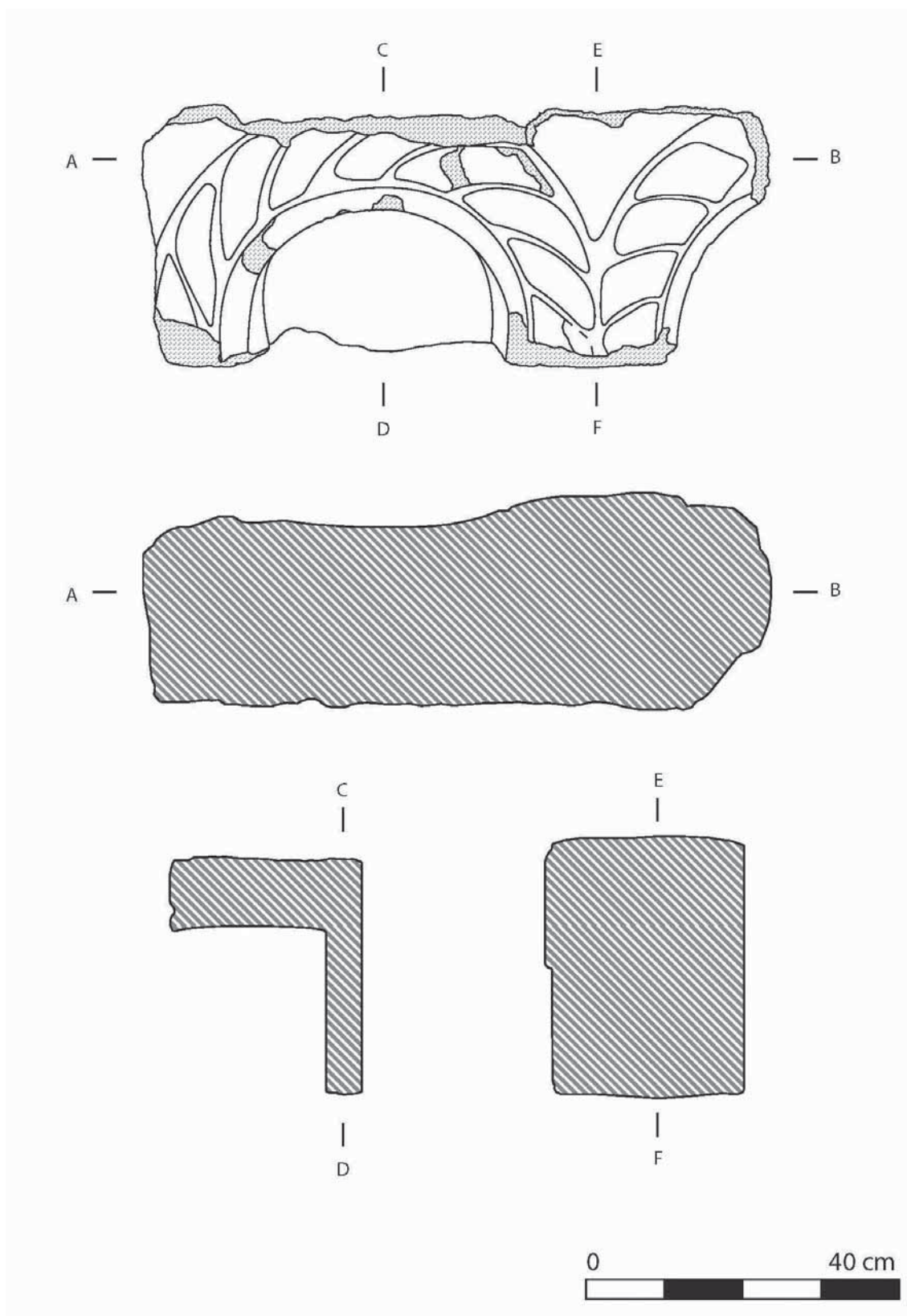


Fig. 10: Desenho de alçado e cortes da arcada (desenho de FSRQ).

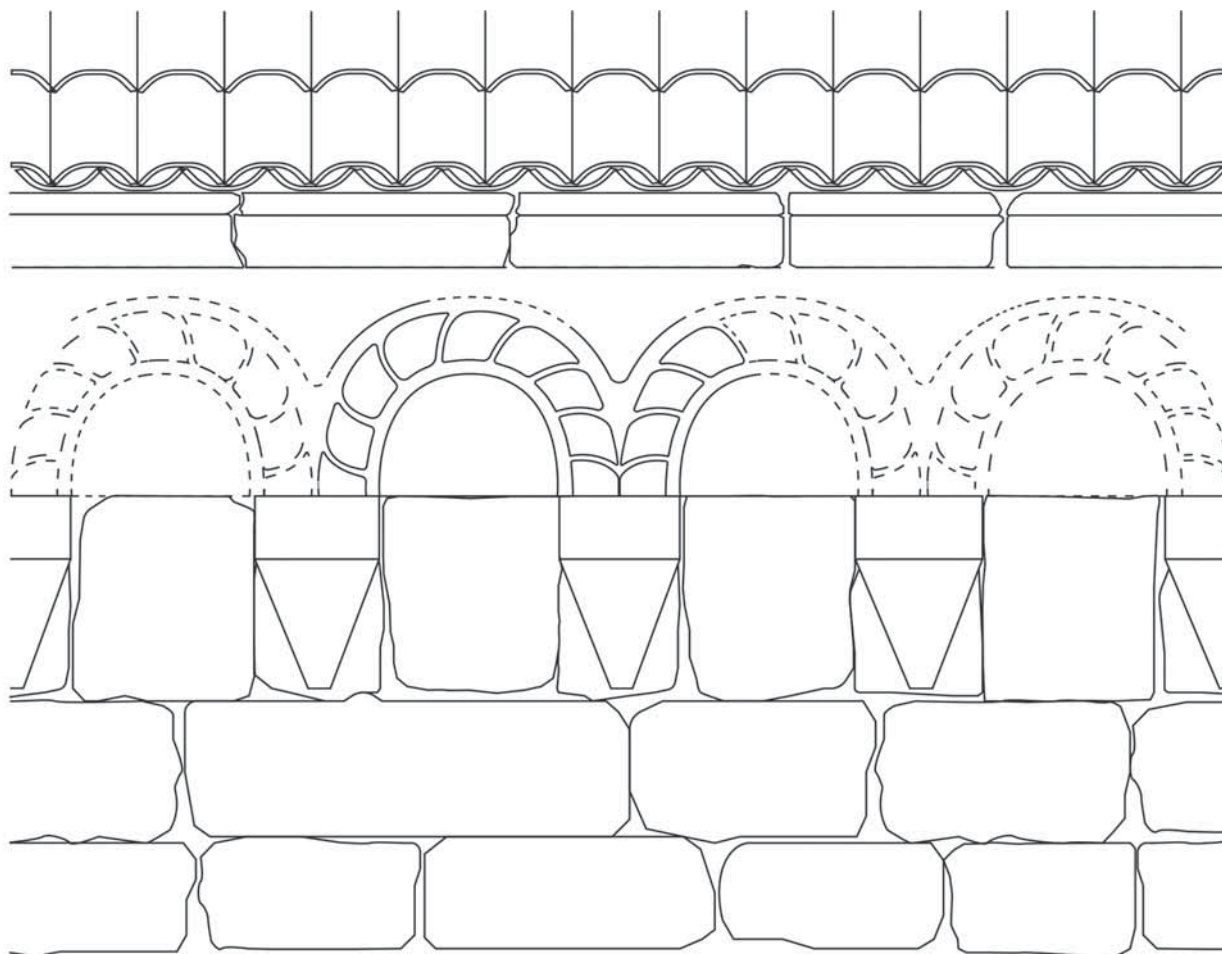


Fig. 11: Proposta de reconstituição da posição da peça na cornija de um edifício (desenho de FSRQ).